

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA

AZORES PV & BESS PARQUE SOLAR DO PICO**Construção de Central Solar Fotovoltaica Híbrida de 11.3 MW CC, 8 MW CA**

Cascalheira, Lajes do Pico – Ilha do Pico

ARQUITETURA
MEMÓRIA DESCRIPTIVA E JUSTIFICATIVA**Requerente**

Azores Pv & Bess Pico, Unipessoal Lda

ÍNDICE

PEÇAS ESCRITAS

- Memória Descritiva e Justificativa
- Justificação para Omissão Parcial de Elementos Instrutórios

PEÇAS DESENHADAS

Extratos das Plantas de Ordenamento e Condicionantes I do PDM	PIP01
Extratos da Planta de Condicionantes II do PDM e Ortofotomap	PIP02
Limites da Área de Intervenção	PIP03
Planta Geral do Empreendimento	PIP04
Detalhes da Substaçao e Entrada Principal	PIP05
Detalhes da BESS (Battery Energy Storage System) e Inversor	PIP06
Pormenor da Instalação dos Painéis Fotovoltaicos	PIP07
Pormenor da Vedaçao a Instalar no Perímetro da Propriedade e dos Arruamentos Interiores	PIP08

ANEXOS

- Termo de Responsabilidade de Autor do Projeto de Arquitetura
- Levantamento Fotográfico

MEMÓRIA DESCRIPTIVA E JUSTIFICATIVA

1. INTRODUÇÃO

1.1. REQUERENTE

Refere-se a presente memória descriptiva e justificativa ao Pedido de Informação Prévia para Construção de Central Solar Fotovoltaica Híbrida de 11.3 MW CC, 8 MW CA, que terá a denominação comercial de AZORES PV & BESS PARQUE SOLAR DO PICO, em que figura como requerente a empresa Azores Pv & Bess Pico, Unipessoal Lda, com o NIPC 517655438 e sede na Rua Família Xavier 9930-121 Lajes do Pico.

1.2. IMÓVEL

A pretensão incide sobre prédios rústicos identificados sob os números 6388, 6393, 9061, 9060, 9062, 7407 e 7404 sitos ao lugar da Cascalheira, freguesia e concelho de Lajes do Pico. Os prédios têm acesso pela Estrada Regional 2-2^a.



1.3. OBJETO DO PIP

Pretende-se com o atual Pedido de Informação Prévia, apresentar às entidades com competência na matéria uma proposta sumária da intervenção que se pretende levar a cabo no prédio anteriormente identificado.

A proposta consiste na construção de uma Central Solar Fotovoltaica Híbrida de 11.3 MW CC, 8 MW CA que estará ligada à rede da EDA para fornecimento da energia elétrica produzida.

A proposta ilustra a escala e natureza do projeto, os equipamentos que se pretendem instalar, o tipo de intervenção a levar a cabo no solo para criação de acessos a veículos pesados, as áreas de estacionamento a veículos leves, o tipo de vedação que se pretende instalar no perímetro do lote e a indicação de uma área destinada à implantação de um futuro edifício de apoio, ou centro interpretativo de abertura ao público.

Espera-se, com estes elementos, ser possível descrever e enquadrar as intenções da entidade requerente, de modo a solicitar um parecer sobre a sua viabilidade de construção.

2. ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO E CONDICIONALISMOS DOS PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A proposta de intervenção foi baseada nas orientações urbanísticas do Plano Diretor Municipal das Lajes do Pico (PDM) e no Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

De acordo com a Planta de Ordenamento do PDM, a área de intervenção insere-se em Espaços AgroFlorestais. Estes espaços, os seus usos e regimes de ocupação estão identificados nos artigos 23.^º a 29.^º do Regulamento do PDM das Lajes do Pico.

No que respeita às condicionantes do PDM, conforme indicado nas plantas do PDM, a proposta de intervenção localiza-se numa área classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN), especificamente em Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos. Os objetivos de preservação definidos pelo Regime Jurídico da REN para este tipo de áreas são compatíveis com atividades relacionadas com a produção e distribuição de eletricidade a

partir de fontes de energia renováveis. Este tipo de utilização encontra-se, assim, previsto para estas áreas da REN, estando os usos e ações correspondentes sujeitos a comunicação prévia, conforme estabelecido no Anexo II (referido no artigo 20.º) do Regime Jurídico da REN.

Por fim, importa referir que os prédios alvo da intervenção não se encontram em áreas afetas ao POOC ou à Reserva Agrícola Regional.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta consiste na construção de uma Central Solar Fotovoltaica Híbrida de 11.3 MW CC, 8 MW CA. Pretende-se dar início à construção no primeiro trimestre de 2027, prevendo-se que a central esteja totalmente operacional no terceiro trimestre de 2028. A vida útil prevista para o projeto é de 35 anos. Findo esse prazo, serão desmontadas todas as estruturas agora previstas, incluindo arruamentos e lajetas em betão para assentamento de estruturas, para reposição das características iniciais do terreno.

O projeto incluirá um sistema de armazenamento de baterias BESS (Battery Energy Storage System), com uma capacidade total de 11,3 MWh, e terá uma produção estimada de aproximadamente 15,8 GWh por ano. Prevê-se que este projeto contribua anualmente com pelo menos 12,4 GWh, aumentando gradualmente até atingir 15,8 GWh para a rede elétrica da ilha do Pico, a partir de meados de 2027.

4. RESUMO TÉCNICO

O projeto consiste num sistema de Energia Solar Fotovoltaica (PV) conectado à rede, com capacidade de 11,3 Megawatts (MW) em corrente contínua (CC). Os componentes básicos do projeto incluem:

- 16128 painéis solares bifaciais tipo n de 700 watts em um sistema de estantes sem rastreamento a uma média de 2 metros acima do solo.
- 35Km de cabos de corrente contínua (CC) dispostos sobre caleiras (racks) enterradas incluindo todos os acessórios necessários.

- 2 estações inversoras Sunny Central (SMA) 4000 UP(-US) de 4,0MVA consistindo num transformador elevador de 4,00 MVA de 1500V a 30kV por estação inversora.
- 5,0 MW BESS com 10,00MWh de capacidade de armazenamento e 2 conversores de armazenamento de 2 vias de 2,66 MVA Sunny Central Storage UP 2660-S2.
- Sistema coletor DC, incluindo cabeamento, caixas combinadoras e disjuntores.
- Arruamentos internos para acesso de veículos e para manutenção temporária das substações. Além do acesso pontual por veículos leves do tipo pickup, prevê-se o acesso de veículos pesados no início do projeto para depósito e montagem dos painéis solares, inversores e BESS, a meio ciclo para substituição dos inversores e do BESS, e no fim de vida do projeto para remoção de todos os equipamentos. Além disto, está previsto um arruamento central, para acesso a veículos leves do tipo pickup, para operações pontuais de manutenção dos painéis solares, assim como acesso para uso da EDA.
- Uma subestação com “switchgear” de 30 kV e equipamento de medição com linhas subterrâneas de 30 kV, ligada à rede no barramento de 30 kV na Subestação Lajes (SELJ).
- Sistema sofisticado de gestão de energia (EMS), bem como um sistema de software de controle de supervisão e aquisição de dados (SCADA).
- Vedações de segurança ao redor do perímetro da instalação e vedações de segurança adicionais ao redor do perímetro da respetiva subestação, bem como um sistema de portão digital e equipamento de monitorização de segurança 24 horas.
- Área destinada à instalação de uma sala de controlo, em estrutura móvel do tipo roulote, não configurando uma construção permanente, incluindo área para estacionamento de funcionários;

5. EQUIPAMENTOS

O projeto incluirá os seguintes equipamentos:

- 2 inversores solares Sunny Central (SMA) 4000 UP (-US), saída de 30 kV
- 2 conversores Sunny Central Storage UP 2660-S2, saída de 30 kV
- Sistema de armazenamento de energia contenerizado de 10 MWh, 5 MW
- 16128 painéis solares bifaciais AE SOLAR AE TME-132BDS de 700Wp, montados num sistema de suporte não móvel a uma altura média de 2 metros acima do solo;

5.1. PAINÉIS FOTOVOLTAICOS

Os painéis solares, com potência nominal de 700 watts cada um com capacidade bifacial adicional de aproximadamente 6,0%, serão modelo AE Solar AE 700TME-132BDS, ou equivalente. Os painéis serão fixados em estruturas de aço galvanizado, dispostos em fileiras de 26 painéis, com 13 painéis de largura e 2 painéis de altura. A estrutura será instalada com recurso a estacas helicoidais para reduzir a perturbação do solo ao mínimo indispensável. Prevê-se que as estacas tenham um espaçamento de 1,95m medidos do centro. As características específicas da estrutura de suporta dos painéis e das estacas serão definidas, em maior detalhe, em Projeto de Estabilidade, a entregar em fase de Licenciamento. Os painéis fotovoltaicos deste projeto serão montados em matrizes de acesso fixo sobre o local, numa disposição que otimiza a produção anual de energia. O espaçamento entre as fileiras varia para manter uma sombra consistente de longo alcance em todas as matrizes.

5.2. SISTEMA DE INVERSORES

A estação do inversor fotovoltaico converterá o sistema de coleta de corrente contínua (CC) de 1500V para corrente alternada (CA) de 600V e elevarão a tensão para a voltagem de coleta de CA de 30kV. O inversor será de modelo Sunny Central (SMA) 2660 UP(-US) da Sunny Central ou equivalente, com transformador embutido conectado a 30kV. O inversor será instalado num contentor ao ar livre, incluindo transformador e sistema de controle de energia, posicionado sobre laje de betão armado com 20cm de espessura localizada na

subestação, como indicado na planta geral do empreendimento. A disposição do inversor no projeto foi feita com base nas características do terreno, nos requisitos de acesso ao equipamento e nas especificações utilizadas pelo INESC TEC na execução do estudo de impacto na rede para o local, documento este que se encontra em anexo a este Pedido de Informação Prévia. Importa referir, ainda, que o posicionamento do inversor foi feito de forma a minimizar a utilização de cabos de corrente contínua (CC) sempre que possível.

5.3. BESS

O sistema de armazenamento de energia em baterias (BESS) é composto por 2 conversores/controladores de armazenamento de 10MVA com transformador que se conectam a 30kV, também fornecidos pela Sunny Central (SMA). O sistema de armazenamento terá uma tensão CC máxima de 1500V com carga completa (SOC) de 100% e terá uma capacidade total de armazenamento de 10MWh e capacidade disponível mínima de 5MW. Este sistema será alojado em 5 contentores de armazenamento de tamanho padrão, cada um instalado ao ar livre sobre uma laje de betão armado com 20cm de espessura. O sistema de controle de energia (PCS) controla o estado de carga (SOC) das baterias com base nos requisitos operacionais. O SOC operacional típico para o sistema de armazenamento varia entre 10% e 90%. No entanto, em circunstâncias extremas, o SOC pode variar entre 5% e 100%. Existirá, ainda, um quarto contentor, igualmente assente sobre uma laje de betão armado com 20cm de espessura, para armazenamento de material auxiliar.

5.4. SISTEMA DE COLETOR

5.4.1. SISTEMA DE COLETOR CC

Os painéis serão conectados em cadeias com uma classificação de 1500V CC a 8 graus Celsius, a temperatura mais baixa registrada no local. Os painéis dentro de cada cadeia serão conectados em série e roteados dentro do suporte do painel. As cadeias são então conectadas em paralelo em caixas de combinação CC. A saída das caixas de combinação CC será conduzida subterraneamente por meio de conduíte até os controladores MPPT localizados nos inversores centrais.

5.4.2. SISTEMA DE COLETOR CA

O sistema de coletor CA dos 2 inversores solares e 2 conversores BESS é de 30kV, trifásico. Cada um dos circuitos de 30kV é roteado subterraneamente para o quadro principal externo classificado para uso externo e, em seguida, por meio de linha de 30kV para um único transformador. A cablagem de dados para o sistema de software de Supervisão, Controle e Aquisição de Dados (SCADA) será colocada nas mesmas valas.

5.5. SUBESTAÇÃO DE INTERLIGAÇÃO

A subestação estará localizada dentro de uma área central cercada contendo o seguinte equipamento:

- Equipamento BESS (5 contentores de armazenamento de 6 metros x 2,5 metros, incluindo sistemas de refrigeração e sistemas de supressão de incêndio).
- 2 inversores de armazenamento de 2,66MVA e Sistema de Controle de Energia (PCS).
- Aparelhagem AC Collector 30 kV.
- Disjuntor de 30kV.
- Interruptor POI.
- Equipamento de medição da EDA.
- Equipamento de hardware de computador e rede para o Sistema de Gestão de Energia, Sistema de Controle de Segurança, etc.

5.6. PONTO DE INTERCONEXÃO

O ponto de interconexão será na chave POI no painel de distribuição de 30 kV instalado no local do projeto. No entanto, o projeto também incluirá a extensão de um cabo enterrado de 30kV do POI até a barra de 30kV da Substação Lajes (SELJ) da EDA.

5.7. OPERAÇÃO DO SISTEMA

Em circunstâncias normais de operação diária típica, o fluxo de energia através do ponto de interligação é o seguinte:

- Pela manhã, o Estado de Carga (SOC) esperado é de 10%. Quando o local começa a produzir energia, o Sistema de Gestão de Energia (EMS) começará a carregar o BESS para garantir que ele possa fornecer reserva de energia local. Quando o BESS atinge 90% de SOC, toda a energia produzida pelo parque solar será injetada na rede da EDA;
- Quando o sol começa a se pôr, a produção do parque solar diminuirá para zero até o pico da tarde/noite, quando o BESS começará a descarregar no sistema, numa taxa acordada entre o operador do parque e a EDA até que o SOC atinja 10%.

5.8. RESERVA INTERNA DE ENERGIA

O BESS terá um mínimo de 50% da produção atual como reserva de 30 minutos. Sempre que um inversor ficar off-line, o Sistema de Gestão de Energia (EMS) sinalizará à EDA que isso ocorreu, permitindo que a geração de reserva seja ativada.

5.9. SUAVIZAÇÃO DE GERAÇÃO

Para manter a qualidade de energia do sistema de distribuição, o EMS suavizará o fluxo de energia através do Ponto de Interligação (POI), mantendo uma taxa de crescimento aceitável. Esta será mantida através da combinação do sistema de controlo do inversor fotovoltaico e do BESS, com base nas especificações determinadas no estudo de rede realizado pelo INESC TEC e com base nos requisitos especificados pela EDA.

5.10. MUDANÇA DE GERAÇÃO

Durante os períodos em que a EDA determine que a oferta é maior que a procura e a estabilidade do sistema exija que o parque fotovoltaico reduza a produção de energia, um sinal será enviado ao EMS pela EDA para reduzir a produção de energia. Se o BESS SOC estiver

abaixo de 90%, o EMS aumentará a taxa de carga até atingir 90%. Além desse patamar, o inversor irá derramar o excesso de energia. Para garantir que a taxa de mudança do fluxo de energia não tenha um impacto negativo na qualidade da energia do sistema de distribuição, o EMS pode fornecer pontos de ajuste para o BESS ficar abaixo de uma taxa máxima de mudança a ser especificada pela EDA.

6. VIDA ÚTIL DO PROJETO

A vida útil do projeto é baseada na vida útil prevista do equipamento principal, que consiste nos painéis solares. Os painéis solares atualmente fabricados têm uma vida útil prevista de 30 a 40 anos, e a vida útil projetada deste projeto é de 35 anos. Isso é consistente com as práticas atuais padrão do setor. Outros equipamentos importantes, como inversores, serão substituídos uma vez no meio da vida útil do projeto. O BESS tem uma vida útil mais curta e será substituído duas vezes durante a vida útil do projeto.

7. DESATIVAÇÃO NO FIM DE VIDA

No final da vida útil do projeto, todos os equipamentos serão desmontados e enviados para fora da ilha. Prevê-se que todos os componentes elétricos e estruturais sejam reciclados. O local será restaurado ao seu estado original antes da construção do projeto.

8. QUADRO SINÓPTICO

Quadro Sinóptico

Existente

Área Total da Intervenção	110000,00 m ²
---------------------------	--------------------------

Proposta

Área Total da Intervenção	110000,00 m ²
Área de arruamentos, estacionamento e substaçao	13714,65 m ²
Área em terreno natural	96285,35 m ²
N. ^o de Painéis Fotovoltaicos	16128
N. ^o de Inversores	2

N.º de Conversores	2
N.º de contentores para BESS	5
N.º de Substações	1

9. INFRAESTRUTURAS DE ÁGUA

Relativamente ao abastecimento e distribuição de água, prevê-se a ligação à rede pública de abastecimento existente no local. Prevê-se a construção de uma pequena fossa séptica e sumidouro para tratamento dos esgotos de uma pequena estrutura móvel, que servirá como sala de controlo, e para tratamento dos esgotos do Centro Interpretativo, a ser construído no futuro e alvo de um projeto em separado. Estes trabalhos serão alvo de projeto de especialidades, a ser entregue após aprovação do projeto de licenciamento de arquitetura.

10. INFRAESTRUTURAS DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES

Para efeitos operacionais, deverá existir uma rede de infraestruturas de eletricidade e telecomunicações, que deverá estar ligada à rede pública de abastecimento. Estes trabalhos serão alvo de projeto de especialidades, a ser entregue após aprovação do projeto de licenciamento de arquitetura.

11. PAVIMENTOS

Os arruamentos no interior são fundamentais para garantir a circulação pontual de veículos pesados para manutenção dos equipamentos do parque fotovoltaico. Os arruamentos e áreas de estacionamento deverão ser construídos de acordo com os passos seguintes:

Escavação de 1 m de profundidade ao longo do traçado;

Aterro de 80 cm com material de granulometria média em camadas de 20 cm regadas e compactadas até 8 a 10cm de compactação com cilindro de 5 toneladas ou superior;

- Aterro com detrito, com espessura de 10 cm;

- Acabamento final em material permeável tipo PAVstab ou similar, com pendentes de 2% do centro do arruamento para as laterais.

As áreas onde serão pousados o inversor, conversor e BESS serão construídas da mesma forma, mas em vez de possuírem acabamento final em material permeável tipo PAVstab ou similar, terão acabamento em lajes de betão armado com 20cm de espessura, para garantir condições adequadas à preservação e manutenção destes equipamentos.

Os restantes espaços serão para manter em terreno natural, coberto com relva de sementeira.

12. MECANISMOS PARA MANUTENÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SOLO E ADAPTAÇÃO À TOPOGRAFIA

Para minimizar o impacto da intervenção e preservar as características do solo, propõe-se a utilização de estacas helicoidais para a instalação dos painéis solares. Esta solução permite reduzir ao máximo a perturbação do solo, mantendo as características pré-existentes do terreno. As estacas helicoidais também se adaptam à topografia do terreno, sem necessidade de alteração da topografia ou trabalhos de escavação.

O inversor, conversor e BESS serão instalados numa zona do terreno onde terá de ser aplicada uma camada de gravilha para garantir a limpeza e salubridade dos equipamentos, sem comprometer a drenagem natural do solo. Por uma questão de correta manutenção, estes equipamentos serão instalados sobre lajes de betão armado com 20cm de espessura. No fim de vida do projeto, todos estes materiais serão removidos e será reposta a situação prévia do solo.

13. DRENAGEM NATURAL E MINIMIZAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO DO SOLO

A drenagem natural do terreno será respeitada através da implementação de medidas adequadas. A esmagadora maioria do solo será mantido em terreno natural, que será coberto por vegetação rasteira, como acontece de momento, podendo também ser utilizado para

atividade agrovoltaica. Caso seja necessário, serão instalados sistemas de drenagem, como valas e canais, para controlar o escoamento das águas pluviais, evitando problemas de acumulação de água e erosão. No entanto, essa abordagem será utilizada apenas quando estritamente necessário, a fim de minimizar trabalhos de escavação ou perturbação do solo. Essa situação será devidamente avaliada no Projeto de Drenagem de Águas Pluviais, que será elaborado em sede de projetos de especialidades.

Durante a fase de construção e operação, serão adotadas práticas que minimizam a contaminação ou degradação do solo, como o adequado armazenamento de materiais e resíduos, bem como a utilização de barreiras de contenção. Serão implementadas medidas de controle de erosão para proteger o solo ao longo de todo o processo, as quais serão consideradas no Plano de Gestão de Resíduos, que será desenvolvido em sede de projetos de especialidades.

A minimização da contaminação do solo é garantida pelo uso de material permeável tipo PAVstab ou similar nas áreas técnicas e vias de acesso, evitando-se materiais permeáveis sempre que possível. Além disso, é importante mencionar que as baterias serão instaladas em contentores estanques, minimizando qualquer risco de contaminação do solo por meio do seu escoamento.

14. ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO E REPOSIÇÃO DO SOLO

A estratégia para recuperação e reposição do solo durante e após a construção, bem como no fim de vida do projeto, será desenvolvida em Projeto de Gestão de Resíduos, a apresentar em sede de projetos de especialidades. De um modo geral, durante a operação, serão seguidas boas práticas de gestão do solo, incluindo a utilização de cobertura vegetal adequada e programas de monitorização ambiental ao longo do tempo de vida do projeto. Estas estratégias serão definidas em maior detalhe em sede de Projeto de Arquitetura e/ou Projeto de Arranjos Exteriores, com recurso a Levantamento Topográfico para um correto mapeamento das características do terreno, e Estudo Geológico e Geotécnico, se necessário e solicitado pelas entidades licenciadoras.

Além disso, é importante destacar que um dos objetivos do projeto é promover atividades de cultura agrovoltaica, o que trará benefícios ambientais significativos. Essa abordagem permite a utilização eficiente de terrenos agrícolas, combinando a produção de energia com práticas agrícolas sustentáveis num mesmo espaço, preservando as características atuais dos terrenos agrícolas pré-existentes e promovendo a conservação do solo e da biodiversidade.

15. PRODUÇÃO AGROVOLTAICA

Um dos objetivos do projeto é o de implementar a prática agrovoltaica no empreendimento, assim que se conclua a sua construção. Serão contratados produtores agrícolas locais, para cultivo de hortofrutícolas. Existe a possibilidade de produção de diferentes hortofrutícolas entre as várias fileiras de painéis solares, tirando partido da sua distribuição para organização do cultivo.

A produção agrovoltaica oferece uma série de benefícios e oportunidades de interesse para a Região, permitindo a utilização eficiente de terrenos agrícolas ao combinar a produção de energia com a agricultura num mesmo espaço. Desta forma, evita-se a necessidade de converter terreno agrícolas em áreas exclusivamente dedicadas à produção de energia, maximizando o uso dos solos disponíveis. Nos Açores, dadas as limitações geográficas impostas pela insularidade, este é um factor da maior importância.

Esta atividade também pode trazer benefícios diretos para a produtividade agrícola. A instalação de painéis solares sobre as culturas agrícolas cria um microclima favorável, fornecendo sombra e proteção nas horas de maior calor. Isso resulta em melhores condições de crescimento para as plantas, podendo potenciar a produtividade agrícola.

Por fim, importa referir os benefícios ambientais significativos que se verificam com a implementação desta atividade. A produção de energia fotovoltaica reduz as emissões de gases de efeito estufa, ajudando na mitigação das mudanças climáticas. Além disso, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, em conjunto com a geração de energia renovável, promove a conservação do solo e da biodiversidade.



16. OMISSÃO PARCIAL DE ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

No âmbito do procedimento de Pedido de Informação Prévias, é de conhecimento público que o pedido deve ser acompanhado dos elementos instrutórios listados no Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

No entanto, devido à natureza específica do projeto em questão, tanto o requerente quanto a equipe de projeto entendem que é justificável não apresentar certos elementos nesta fase do processo. Abaixo estão listados esses elementos, juntamente com a justificativa para sua omissão:

- Levantamento Topográfico Georreferenciado: Não estão previstas alterações significativas na topografia, e de acordo com o n.º4 do Capítulo I do Anexo I da referida Portaria, a apresentação deste elemento é necessária apenas quando ocorrem alterações topográficas. Portanto, optamos por fornecer a delimitação dos terrenos objeto da intervenção com base no registo cadastral, o que consideramos ser suficiente para a análise do Pedido de Informação Prévias. Além disso, é importante destacar que a área abrangida pelo projeto é substancialmente grande, o que acarretaria custos significativos com a realização de levantamentos topográficos nesta fase inicial do processo, sendo uma medida desproporcional caso o pedido não seja viável;
- Planta das infraestruturas locais e ligação às infraestruturas gerais: Tratando-se de um terreno rústico e devido à sua localização, não se verificaram a existência de infraestruturas que tenham relevância para o projeto em questão, além dos acessos à propriedade;
- Planta com a definição das áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes: Nesta fase do processo, não estão previstas cedências ao município, uma vez que se trata de uma zona agrícola. No entanto, caso a Câmara Municipal tenha entendimento contrário, solicitamos que nos informem por meio da resposta a este Pedido de Informação Prévias, para que as áreas de cedência possam ser estudadas e, se se verificar a sua

justificação, serem consideradas em sede de Projeto de Licenciamento ou Comunicação Prévia;

- Termo de responsabilidade de técnico legalmente habilitado para atestar a conformidade das obras de urbanização com as disposições do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro: A tipologia do projeto em questão não está abrangida pelo artigo 2.º desse mesmo Decreto-Lei, portanto, consideramos desnecessário fornecer esse termo de responsabilidade;
- Plano de Acessibilidades que inclua a rede de espaços e equipamentos acessíveis: A tipologia do projeto em questão não está abrangida pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, portanto, consideramos desnecessário fornecer esse Plano;
- Indicação da localização e dimensionamento das construções anexas, incluindo alçados a uma escala de 1:500 ou superior, para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 11 Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro: Devido à área ser atualmente utilizada como pastagem, não existem construções anexas na localização, razão pela qual não há qualquer indicação de construções anexas nas peças desenhadas.

17. NOTA FINAL

Em tudo o mais omissos e não especificados nesta memória descritiva, consideram-se aplicáveis os regulamentos e normas em vigor, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Lajes do Pico e o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Ponta Delgada, 30 de dezembro de 2024

O Técnico Responsável

Wilson Medeiros d'Ávila Melo, Arquiteto (21294 SRAZO)